

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.523 - MT (2017/0254384-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : COLONIZADORA NOROESTE MATOGROSSENSE S/A
ADVOGADO : SERGIO DONIZETI NUNES - MT002420B
RECORRIDO : EGON REYNALDO MULLER
ADVOGADO : MURIELE DE CONTO BOSCATTO - RS062388

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COLONIZADORA NOROESTE MATOGROSSENSE S.A., com arrimo no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado:

"AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE IMISSÃO NA POSSE - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA PARA APRECIÇÃO DA MATÉRIA - PRELIMINAR REJEITADA - VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DA LEI E OCORRÊNCIA DE ERRO DE FATO - INOCORRÊNCIAS - PEDIDO RESCISÓRIO REJEITADO.

1. Por ser matéria anteriormente decidida e com o trânsito em julgado, não há que se falar em incompetência absoluta deste Tribunal para a análise desta rescisória.
2. É cediço que, para fins de rescisão de decisão judicial transitada em julgado, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, a violação ao dispositivo legal tem que ser aberrante, absurda ou teratológica.
3. O Acórdão rescindendo, ao defender a imprescritibilidade da adjudicação compulsória e reconhecer o direito real sobre o qual se funda a ação, alicerçou seu entendimento em precedentes jurisprudenciais, tanto deste Tribunal, quanto do Superior Tribunal de Justiça.
4. Insta ressaltar que, ao contrário do que entende a autora, a Súmula de nº 239 do Superior Tribunal de Justiça não restou superada após o advento do artigo 1.417 do Código Civil de 2002.
5. Pela simples leitura do Acórdão rescindendo, a menção equivocada quanto ao réu exercer a posse do imóvel, somente objetivou esclarecer que o direito real do réu sobre o qual versa a ação de adjudicação compulsória, só se extinguiria frente ao de outrem, amparado pela usucapião, o que evidentemente não caracteriza a ocorrência do erro de fato" (e-STJ fls. 1.080-1.081).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 1.150-1.157).

Em suas razões (e-STJ fls. 1.163-1.218), a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos com as respectivas teses:

- (i) artigos 489, 490, 1.022 e 1.023 do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração;

(ii) artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil de 1973, 177, 205 e 1.417 do Código Civil - defendendo a ocorrência de violação de literal disposição de lei e

(iii) artigo 485, inciso IX, do Código de Processo Civil de 1973 - ao fundamento de que o acórdão rescindendo teria incorrido em erro de fato.

Decorrido sem manifestação o prazo para as contrarrazões (e-STJ fl. 1.227), e admitido o recurso na origem (e-STJ fls. 1.228-1.230), subiram os autos a esta colenda Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional (artigos 489, 490, 1.022 e 1.023 do Código de Processo Civil de 2015), agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.

1. O artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições existentes nos julgados. Trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que se verifica a existência dos vícios na lei indicados.

2. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC quando o decisório está claro e suficientemente fundamentado, decidindo integralmente a controvérsia. (...)".

(AgRg no Ag 1.176.665/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 10/05/2011, DJe 19/05/2011)

"RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)".

(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/02/2011)

No que se refere à alegada violação de literal disposição de lei (artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil de 1973, 177, 205 e 1.417 do Código Civil), o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação desta Corte no sentido de que a pretensão de

adjudicação compulsória é imprescritível, ainda que ausente o registro, consoante se observa dos seguintes precedentes:

"PROMESSA DE COMPRA E VENDA. INSCRIÇÃO (REGISTRO). PRESCRIÇÃO.

1. A promessa gera direito a aquisição e dispõe de direito real. Só se perde a propriedade (direito real) pela sua aquisição por outrem (por exemplo, pelo usucapião); não se perde a propriedade pelo não-uso. Em caso tal, é inaplicável o disposto no art. 177 do CC.

2. Nega-se vigência (ou se contraria), quando se aplica disposição não aplicável; caso de cabimento do especial.

3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO".

(REsp 76.927/MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/1997, DJ 13/04/1998 - grifou-se)

"PROMESSA DE COMPRA E VENDA. Escritura definitiva. Adjudicação. Prescrição. Não prescreve o direito de a promissária compradora obter a escritura definitiva do imóvel, direito que só se extingue frente ao de outrem, amparado pelo usucapião.

Recurso não conhecido".

(REsp 369.206/MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Rel. p/ Acórdão Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 11/03/2003, DJ 30/06/2003 - grifou-se)

"DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. DIREITO POTESTATIVO QUE NÃO SE EXTINGUE PELO NÃO USO. DEMANDA DE NATUREZA CONSTITUTIVA. INEXISTÊNCIA DE PRAZO DECADENCIAL. SUJEIÇÃO À REGRA DA INESGOTABILIDADE OU DA PERPETUIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Tratando-se de direito potestativo, sujeito a prazo decadencial, para cujo exercício a lei não previu prazo especial, prevalece a regra geral da inesgotabilidade ou da perpetuidade, segundo a qual os direitos não se extinguem pelo não uso. Assim, à míngua de previsão legal, o pedido de adjudicação compulsória, quando preenchidos os requisitos da medida, poderá ser realizado a qualquer tempo.

2. Recurso especial provido".

(REsp 1.216.568/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 29/09/2015 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O objetivo da ação de adjudicação compulsória é a constituição de um direito real, fruto de compromisso de compra e venda, com a transferência da propriedade ao promitente comprador após a quitação integral do preço.

3. O direito de obter a escritura definitiva do imóvel somente pode ser atingido pela prescrição aquisitiva decorrente de eventual ação de usucapião intentada por terceiro, não se submetendo aos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916.

4. Recurso especial não provido".

(REsp 1.489.565/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 18/12/2017 - grifou-se)

Logo, estando o acórdão rescindendo alinhado à orientação jurisprudencial desta Corte, não há espaço para falar em violação de literal disposição de lei, conforme concluiu o Tribunal local que, portanto, não está a merecer nenhuma censura.

Também não se configura erro de fato apto a amparar o pedido rescisório, porquanto, como cediço, a viabilidade da ação rescisória amparada em erro de fato depende da essencialidade do erro para a alteração do resultado do julgamento.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO INFIRMADOS. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INOCORRÊNCIA. ERRO DE FATO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

4. Segundo dispõe o art. 485, §§1º e 2º, do CPC, ocorre erro de fato quando, na sentença que se pretende rescindir, se afirma fato inexistente ou é negado fato que existe. No entanto, para que desafie ação rescisória e se dê causa à rescisão do julgado, é indispensável que o erro de fato seja relevante para o julgamento da questão, apurável mediante simples exame e que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato. Na hipótese, busca o autor a realização de um terceiro exame de DNA, pedido este que foi objeto de discussão nos autos da ação originária, tendo sido negado pelo magistrado de primeiro grau. Vê-se, assim, a afastar o alegado erro de fato, que houve pronunciamento judicial sobre a realização de um terceiro exame de DNA, não podendo ser admitida a presente ação.

5. Agravo regimental não provido".

(AgRg na AR 4.880/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 19/08/2013 - grifou-se)

"AÇÃO RESCISÓRIA. LEI. VIOLAÇÃO LITERAL. DEMONSTRAÇÃO. FALTA.

DOCUMENTO NOVO. IMPROPRIEDADE. ERRO DE FATO. DOCUMENTO INADEQUADO. ALTERAÇÃO. JULGADO RESCINDENDO. DESCABIMENTO.

I - Improcede o pedido rescisório se a parte autora não aponta, de modo direto e evidente, afronta à literal disposição de lei (art. 485, V, CPC).

II - Não se configura novo o documento produzido antes da decisão objeto da ação rescisória, o qual, inclusive, integrou o caderno processual da demanda primitiva (art. 485, II, CPC).

III - Descabe a alegação de erro de fato, resultante de documento da causa, se o cogitado documento não tem o condão de alterar o resultado do julgado rescindendo (art. 485, IX, CPC).

Ação rescisória improcedente".

(AR 2.716/RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/02/2008, DJe 13/08/2008 - grifou-se)

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Incide, na espécie, a Súmula nº 568/STJ, segundo a qual "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), os quais devem ser majorados para R\$ 3.000,00 (três mil reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

